

REQUERIMENTO

Número /x (.ª)

PERGUNTA

Número 2291 /x (4 .ª)

Assembleia da República Gabinete do Presidente	Expeça-se
N.º de Entrada 311377	Publique-se
Classificação	14 / 5 / 09
05 05 02 / / /	Q Secretário da Mesa
Data 09 / 05 / 13	<u>Recorreio</u>

Assunto: Tratolixo criou durante 10 anos lixeira ilegal em Trajouce

Destinatário: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

Por determinação de S.º S.º P.º A.º, à
Sra. Secretária da Mesa

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

09.05.14

O depósito indiscriminado de resíduos durante mais de 10 anos em Trajouce, no concelho de Cascais, pela empresa intermunicipal de resíduos sólidos urbanos Tratolixo, gerou uma lixeira incontrolada e um problema ambiental grave em termos de contaminação de solos e de águas subterrâneas.

Perante a gravidade da situação foi criado um grupo de trabalho para acompanhar o problema, tendo a Tratolixo apresentado um plano para deslocar as cerca de 150 mil toneladas de resíduos acumulados ilegalmente para um novo alvéolo, recuperar os solos contaminados e detectar fugas do aterro e lixeira encerrados em 2006 e 1998, respectivamente. De acordo com a empresa, este plano tem um custo de 3,413 milhões de euros, sem contar com mais 2,5 milhões para a ETAR.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, requer-se ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional os seguintes esclarecimentos:

1º) Como justifica o Ministério que durante 10 anos tenha sido criada uma lixeira, com contaminação dos solos e águas subterrâneas, pela empresa responsável pelo seu tratamento e acondicionamento? Qual foi a actuação do Ministério a das autarquias competentes ao longo deste período?

2º) Quando vai ser iniciada a operação de remoção dos lixos depositados ilegalmente, recuperação dos solos e correcção de fugas do aterro e lixeira? Quanto tempo vai demorar e qual o custo de cada uma das componentes desta operação?

3º) A quem cabe suportar os custos do plano de recuperação, com um custo superior a 3,4 milhões de euros? Qual será o contributo de cada uma das autarquias presentes na Tratolixo?

4º) Que medidas são ser tomadas para penalizar a administração da Tratolixo responsável por este atentado ambiental e para evitar que semelhantes situações se repitam?

Palácio de São Bento, 12 de Maio de 2009.

A Deputada:


Alda Macedo